

QUEM TEM MEDO DA DEMOCRACIA?
Por uma JSD de ideias



XXV CONGRESSO NACIONAL DA JSD

Índice

| | |
|--------------------------|----|
| PREÂMBULO..... | 3 |
| UMA CIDADE MODERNA:..... | 5 |
| SAÚDE..... | 6 |
| EMPREENDEDORISMO | 8 |
| HABITAÇÃO JOVEM | 9 |
| AÇÃO SOCIAL..... | 11 |
| EDUCAÇÃO | 13 |

PREÂMBULO

Quem tem medo da Democracia? Há quem tenha.

Há práticas que são irreparáveis numa estrutura como a JSD: Quando se impede a renovação e a preocupação é manter o poder ao invés de cativar os jovens; Quando se perdem militantes a uma velocidade vertiginosa por falta de ação política; Quando não se é a voz, nem se dá voz aos militantes; Quando se ostraciza quem diverge nas opiniões e nas escolhas; Quando há quem se ache dono e senhor da política; Quando se é refém de agentes políticos do partido.

Enquanto militantes desta estrutura, temos de colocar um ponto final nesta degradação!

*“Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo”*
Dizia Sophia.

Infelizmente, não deixaram que a madrugada chegasse.

Em Lisboa, a nossa lista de Delegados ao XXV Congresso Nacional da Juventude Social Democrata, foi recusada. Foi recusada recorrendo a lógicas que iam contra tudo o que dizem os Estatutos. Ignorando os cadernos eleitorais e sendo coniventes com uma JSD sem regras e onde tudo é permitido para se atingir um fim.

O que se passou em Lisboa não é somente uma questão local, nem tão somente uma questão de candidaturas à Comissão Política Nacional. O que aconteceu é sobretudo uma questão de estrutura interna, que independentemente do candidato que apoiamos, deve sensibilizar qualquer militante para o risco de ser submetido a um processo semelhante apenas por ter a frontalidade de assumir posições. A JSD tem urgentemente de lavar a cara com que convida os jovens a filiares-se.

Apesar de todas tentativas, não calam as nossas convicções, não calam as nossas ideias!

Destarte todo o processo eleitoral, temos ideias para a juventude portuguesa, projetos que pretendem melhorar a vida dos jovens. Apesar de não as podermos apresentar pessoalmente neste Congresso, a JSD não se esquece dos seus militantes. Hoje há quem dê voz às nossas ideias. Assim, apresentamos a nossa visão em setores chave das sociedades modernas, que no nosso entender carecem de uma resposta imediata.

Os jovens de hoje temem pela exequibilidade e sustentabilidade das atuais tarefas do Estado, exigindo uma qualidade de vida proporcional ao nível da sua formação e à evolução tecnológica. Consideramos ser de suma importância refletir criticamente sobre os seguintes aspetos:

- 1) Saúde
- 2) Empreendedorismo
- 3) Habitação Jovem
- 4) Ação Social
- 5) Educação de futuro.

É com um grande orgulho e sentido de dever cumprido que levamos esta moção a Congresso. Apesar de todos os golpes, nós não nos demitimos da verdadeira participação política: a das ideias!



UMA CIDADE MODERNA:

desafios, reflexões e propostas

SAÚDE

A Saúde como base de uma sociedade sustentável e adaptada às exigências da população portuguesa atual.

Ao olhar para a demografia atual do nosso país, percebe-se que ao longo dos anos houve um envelhecimento franco da população portuguesa. Portugal tem vindo a tornar-se num país cada vez mais envelhecido, com uma esperança média de vida cada vez maior. E importa perceber se este envelhecimento se faz ou não acompanhar de Qualidade de Vida. Qualidade de Vida essa que passa, muitas vezes, por estar em casa até ao último dia de vida acompanhado por aqueles de quem se gosta.

Todos os dias a medicina avança, mas os cuidados de saúde não a acompanham, não dando respostas eficazes aos problemas atuais dos doentes.

Este paradigma exige-nos pensar o futuro!

Verificou-se em Portugal um aumento da esperança média de vida nas últimas décadas (*ex.: 78,2 em 2005 vs. 80,6 em 2015 – Fonte: PORDATA*) e temos, neste momento, um país envelhecido. Este envelhecimento, aliado à prevalência crescente de doentes geriátricos, doentes crónicos, e com doença avançada, incurável e terminal, traduz-se numa necessidade cada vez maior de recursos de saúde adaptados, especializados e dirigidos – como por exemplo a expansão da rede de Cuidados Continuados e Paliativos em Portugal, mas não só.

É urgente repensar os modelos existentes e perceber quais as alternativas que possam proporcionar uma maior qualidade de vida a esta população.

Porque não nos interessa ter um país onde a longevidade é cada vez maior se depois as condições em que isso acontece não forem dignas; Porque não nos interessa ter um país concentrado em smart cities mas que depois não dá condições aos mais velhos e a quem tem doenças graves, progressivas e incuráveis para que vivam com dignidade nos seus últimos anos de vida; Porque não nos interessa ter um país que evolui, mas que se esquece de “quem os criou”.

A existência de um doente paliativo ou geriátrico (que seja dependente) no seio familiar conduz a uma necessidade de reorganização de toda a família, com redefinição de papéis e tarefas, para dar resposta a esta nova realidade. Atualmente, e apesar das alterações que se verificam na sociedade, continuam a ser, na maioria dos casos, os familiares diretos quem presta apoio aos doentes, desempenhando assim o papel de cuidadores informais. Desta forma, a família sofre alterações a nível físico, psíquico, social e económico, proporcionando modificações no movimento natural do ciclo de vida familiar, o que leva a que surjam múltiplas necessidades, muitas delas complexas – na sua maioria fatores de sobrecarga emocional, física, social, espiritual e financeira.

Está provado que são também múltiplos os casos de sobrecarga do cuidador, sobrecarga essa que está muitas vezes relacionado com o lidar com a dependência física e muitas vezes emocional dos doentes / idosos. Este mesmo aspeto é definido como “uma situação de incapacidade dos elementos de uma família em oferecer uma resposta adequada às múltiplas necessidades e pedidos do utente”¹.

Torna-se cada vez mais urgente pensar e repensar os modelos existentes e dar também meios não só aos doentes e idosos, mas também aqueles que cuidam. É um facto que muitos dos internamentos em grandes idosos com níveis de dependência elevados e em casos de doentes com doenças graves, progressivas e incuráveis são muitas vezes resultantes da exaustão do cuidador.

Ao momento, estes cuidadores informais não têm previsto na lei nenhum apoio ou estatuto que os proteja. Além de que, segundo a lei, por ano só estão previstos 15 dias de licença por apoio à família.

Assim, propomos:

- Criar mecanismos de incentivo aos cuidadores informais e criar um estatuto onde o papel do cuidador informal esteja previsto, com o objetivo de proteger e de criar apoios que permitam “cuidar e ser cuidado”;
- Criar cursos de capacitação de cuidadores, prestados por profissionais de saúde qualificados;
- Alargar o tempo previsto na lei de apoio à família, à semelhança do que acontece com as licenças de maternidade, sem que isso traga repercussões negativas no âmbito laboral.

A saúde que temos hoje é a dos nossos pais e avós e importa pensar na saúde do amanhã, que será a nossa e dos que vierem depois de nós. A vida daqueles que estão em situação mais vulnerável deve ser protegida, e é precisamente na forma como se defende e olha para os mais vulneráveis que definimos a sociedade que queremos ser.

EMPREENDEDORISMO

Motor do crescimento económico e da empregabilidade

Se a cidade é centro de oportunidades como outros territórios não o são, pelo menos, em igual dose, é também na cidade que se acha grande parte dos problemas de empregabilidade, pois que nem sempre a oferta corresponde à procura por postos de trabalho. Mais a mais, ao lado da necessária resolução dessa problemática, nasce o importante contributo que as cidades, por motivos evidentes, devem desempenhar em sede de contributo para o crescimento económico do país retirando também, naturalmente, as devidas vantagens para a melhoria de qualidade de vida dos seus próprios habitantes.

É extremamente redutor quando a discussão política do campo económico se resume numa luta constante sobre onde se deverá taxar mais e menos, numa constante tensão entre qual é o sector que precisa de mais um imposto, qual é o escalão que está mais ou menos beneficiado. É compreensível que o Estado se preocupe com a sua receita e subsistência, mas a questão que se coloca é que esta é uma forma de olhar para a economia errada. Porque a melhor forma do Estado subir a sua receita, é sem dúvida o crescimento económico. Dirão que todos aplaudem políticas vocacionadas para a promoção do crescimento económico, mas nem por isso este tem sido objeto de verdadeiras e consequentes intervenções nesse sentido.

O crescimento económico só se dará com a criação de condições propícias para os principais motores e criadores de riqueza da nossa sociedade: as empresas. Crescimento económico implica que tenhamos um Estado que ouve as empresas e as suas preocupações.

O empreendedorismo em particular pode ser um motor importante para uma economia na medida em que traz uma grande capacidade de inovação e regeneração à mesma e na medida em que cria postos de trabalho de alto valor acrescentado que tanta falta fazem no nosso país.

Hoje em dia, toda a envolvimento em redor do empreendedorismo e a ideia que lhe é associada não corresponde à realidade de apoios e incentivos às start-ups e aos empreendedores existentes, nem mesmo se podendo concluir por um claro benefício prestado a estas quando em comparação com uma empresa de grande dimensão. A quantidade de burocracias exigidas pelo Estado para qualquer empresa é tão grande que se torna a principal preocupação diária para uma empresa com poucos recursos como uma start-up.

Esta situação não pode continuar; os “discursos” e “Web-Summits” são importantes, mas os reais efeitos úteis somente surgirão aquando da adoção de políticas de incentivos consequentes às pequenas e médias empresas. Nomeadamente, os fundos de apoio a start-ups deverão ir além de anúncios e é imperativo que a máquina burocrática do Estado liberte as pequenas empresas que precisam de agilidade para se poderem focar na inovação e nas suas operações, e não nos inúmeros regulamentos e taxas exigidas, pois é o tempo investido na inovação e operações que, no final do dia, gera riqueza no país.

HABITAÇÃO JOVEM

O mundo contemporâneo, urbano e cosmopolita, trouxe-nos também desafios na vertente da habitação. Habitação; condição para uma vida digna da pessoa humana, fator de estabilidade, mas também necessidade de uma cidade vital, dinâmica e disposta a acolher os seus. Muitas cidades assistem hoje a cenários de perda de habitantes, em grande medida, motivados pelos elevados preços para aquisição ou manutenção de habitação e, com isso, vão perdendo parte da energia que está na base da sua expressiva atividade social, económica, cultural, entre outros. Lisboa e Porto têm sido exemplo claro em que as dificuldades neste âmbito têm levado particularmente os jovens adultos a abandonar ambos os concelhos (assim, em Lisboa, onde se verificou uma redução de 29% entre 2011 e 2016 e, no Porto, onde a mesma redução se deu na casa dos 25%¹).

A inversão desta tendência e dificuldades carece de medidas consequentes nesse sentido.

Em primeiro lugar, propomos uma reflexão sobre a fiscalidade inerente ao IMI. O IMI é um imposto de taxa proporcional, ou seja, é fixada uma taxa pelos municípios (em percentagem) que vai incidir sobre o valor dos imóveis. Ora, a natureza proporcional da taxa deste imposto assenta no princípio de que quem tem mais património tem mais capacidade para pagar imposto. Desta forma, o IMI não tem em atenção o rendimento das pessoas em concreto, ou seja, não olha à real capacidade contributiva das pessoas. O que se propõe é um IMI mais progressivo, cruzado com o IRS, tendo em atenção o real rendimento das pessoas; claro está que este cálculo teria que ser levado a cabo com base em dados reais. A primeira medida aqui proposta no sentido de dar progressividade ao IMI seria a de a cada escalão de rendimento do IRS atribuir uma taxa de IMI, que aumentaria de escalão para escalão, de forma diretamente proporcional à subida do rendimento. Segundamente, é necessário criar um regime específico para a compra de primeira habitação por parte de proprietários jovens ou casais jovens. Este regime passaria pela isenção do pagamento de IMI dos proprietários com menos de 30 anos de idade, apenas no que se refere à primeira casa, nos primeiros 2 ou 3 anos de residência na mesma; findo esse período de isenção, a taxa de IMI aplicável aumentaria progressivamente nos anos seguintes, até atingir o valor limite calculado com base no primeiro critério, ou seja, na correspondência entre taxa de IMI e escalão de rendimento. No caso de jovens casados ou unidos de facto, este critério seria aplicado tendo como referência o elemento mais velho do casal, ou seja, seria aplicável se esse elemento mais velho estivesse abaixo desse limite de idade.

O apoio à habitação deve igualmente revestir a forma de apoios positivos (e não meramente baseados em regimes fiscais benéficos). Uma primeira classe célebre de apoios é a da bonificação de depósitos bancários, reforçados com acréscimos regulares, ao longo de vários anos. O esquema britânico “Help to buy: ISA”, disponibilizado pelos principais bancos comerciais deste mercado, é um bom exemplo desta prática. Estes apoios consistem em bonificar (no caso britânico) depósitos de até 200 libras mensais e de valor total até 12000

¹ Instituto Nacional de Estatística (2016)

libras, em 25% na data em que sejam usados para aquisição de uma primeira habitação com fins residenciais. A habitação a adquirir deve ter um preço inferior a um máximo estabelecido de acordo com a região. Propomos uma adaptação de um modelo semelhante à realidade portuguesa.

Terceiramente, o agravamento da tributação específica dos imóveis registados em nome de entidades sedeadas em jurisdições da lista de paraísos fiscais assemelha-se como medida a tomar, algo que permitiria o desencorajamento de investimentos deste tipo que não tenham o propósito puro da “lavagem” de dinheiro. Esta medida procura reforçar o combate, pelos meios possíveis, a investimentos especulativos. Ainda que tenha outros objetivos sociais relevantes, nomeadamente, de combate à ocultação de património, esta taxa especial de IMI afeta também outros fenómenos de mercado, abrangendo, designadamente, enquanto desincentivo, alguns dos potenciais investimentos imobiliários feitos sem o intuito de conferir qualquer uso às habitações.

AÇÃO SOCIAL

Ao desafio do desenvolvimento de uma cidade moderna não escapam fenómenos sociais negativos que, em Portugal, se fazem sentir na generalidade dos Municípios e, com especial intensidade, nos cuja geografia seja marcadamente urbana.

Um desses fenómenos é o da situação de pessoas sem-abrigo, atualmente contabilizando-se cerca de 8000 nesse cenário em todo o território nacional. Urge uma solução nacional que exhiba resultados em duas vertentes: por um lado, no incremento das respostas de cariz temporário; por outro, numa melhor capacidade de atuação ao nível da “normalização” da situação das pessoas em causa. Destarte, neste segundo sentido do problema, por cuja solução passará a resolução definitiva da nocividade da questão, será necessário criar meios que proporcionem uma “normalização” imediata que, acompanhada do necessário apoio psicológico, funcione como estímulo acérrimo para que o indivíduo se sinta motivado a prosseguir por si só esse caminho (aqui sendo de evidente destaque a melhoria na oferta de abrigo temporário e de auxílio na (re)inserção no mercado de trabalho); mais a mais, na luta contra o obstáculo que é, muitas vezes, a fase de contacto e monitorização das pessoas sem-abrigo, o Estado e as Autarquias Locais deverão vocacionar políticas “consequentes” com a finalidade de permitir os privados com interesse administrativo ou os seus próprios serviços a estarem servidos de uma real capacidade de atuação nesse âmbito. A este propósito, organizações de voluntariado devem ser apoiadas e estimuladas, nomeadamente, organizações que facultem estes dois tipos de apoio a pessoas sem-abrigo (imediato e de “normalização” da sua condição de vida); apostar nos apoios diretos a estas organizações e movimentos, ainda que simbólicos dado o carácter de voluntariado subjacente, poderá constituir-se como ferramenta útil de expansão dos mesmos e, assim de uma melhor atuação no combate a este flagelo social.

Em segundo lugar, Portugal carece igualmente de uma aperfeiçoada resposta de habitação social, em quantidade e qualidade. Quantitativamente, a procura supera sucessivamente, ano após ano, a oferta (já em 2018, os Municípios portugueses apontavam a necessidade de construção de casa para quase 7000 famílias com essa carência e para mais de 13000 famílias apontavam outras soluções²). Naturalmente, o desejável será munir a sociedade e a economia de forma tal que o recurso a estas vias seja dispensável; não obstante, o Estado e demais entidades públicas responsáveis devem estar preparados com os níveis de oferta necessários para dar a resposta adequada (sob pena de se continuar a verificar, por exemplo, que mais de 46% das famílias a precisar de casa vivam em “barracas e construções precárias”³). Já qualitativamente, verificava-se, em 2011, que apenas 8% dos edifícios e fogos de habitação social tinham sofrido obras de reabilitação e/ou conservação⁴ e que, em 2015, cerca de 43% das habitações património dos Municípios (a esmagadora maioria) contava já mais de 30 anos

²Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018) Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional

³Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018) Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional

⁴Instituto Nacional de Estatística (2012) *Estatísticas da Construção e Habitação – 2011*.

desde a sua construção⁵ o que, como se compreende, revela um claro grau de degradação da habitação existente não acompanhado pelas intervenções de que deveria ser alvo, o que gera a residência por parte destas pessoas em habitações que, no final do dia, poderão não elevar tanto a dignidade da sua condição de vida como seria desejável.

Terceiramente, uma cidade moderna deve ser uma cidade em que todos contem, dos mais novos, aos mais idosos; onde a solidariedade intergeracional impere. Aqui, propomos novamente o voluntariado como via, nomeadamente, de auxílio aos mais idosos; as Autarquias devem levar a cabo políticas de estímulo ao movimento de voluntariado e promover, as próprias, ações específicas. As entidades públicas competentes deverão igualmente focar-se no tradicionalmente designado problema de “abandono dos idosos”, procurando encetar esforços no sentido de obter uma completa monitorização dos casos existentes e desenvolvendo facilidades aos sujeitos de que essas pessoas dependam no sentido de poderem manter os encargos que com elas tenham (assim, por exemplo, afirma-se a necessidade de continuar a promover medidas fiscais positivas, onde se enquadram deduções à coleta dos encargos em sede de pagamento de IRS e outros benefícios fiscais). Finalmente, o envelhecimento ativo e promoção das suas práticas merece dos órgãos políticos uma atuação particularmente intensa, numa sociedade em que se pretenda valorizar e dignificar a pessoa humana da mais tenra idade até ao acumular da experiência de muitos anos de vida.

⁵ Associação Portuguesa de Habitação Municipal 2014/15

EDUCAÇÃO

A informática e a tecnologia como apostas para um ensino habilitante e um país moderno e desenvolvido

Uma cidade moderna será, necessariamente, uma cidade em que a sua população veja no seu currículo escolar fator de habilitação e valorização, por um lado, na componente pessoal e de convivência social, por outro, na capacidade de superação de desafios do foro profissional e, nomeadamente, das lógicas empresariais e sectores de atividade com elevado volume de negócios tipicamente em áreas urbanas. A este propósito somos de notar o seguinte:

Hoje em dia, em Portugal, assiste-se a um desequilíbrio cada vez maior entre a oferta e a procura de pessoas na área da Tecnologia e da Informação. Atualmente, também grande parte dos empregos obrigam os trabalhadores a usar softwares ou programas desaconselhados para conseguir executar as suas tarefas e, a cada dia que passa, esta dimensão tecnológica passa a ter um papel cada vez mais essencial para o negócio sendo que, nestes termos, ele vê-se prejudicado. O progresso nesta esfera é algo fundamental.

Em boa verdade, o nosso ensino já dá alguma formação neste campo com a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), porém, somos da opinião que os conteúdos lecionados nesta disciplina revelam-se insuficientes tendo em vista as necessidades atuais e a perspectiva da vida num mundo cada vez mais tecnológico e informatizado. Consideramos que se se deseja um país com olhos postos no futuro, é importante que os nossos jovens tenham uma formação nesta vertente mais completa que a que atualmente lhes é prestada e que o conhecimento digital não se limita só a uma ou a outra área de trabalho em que nos focamos particularmente hoje, mas que este conhecimento pode trazer grandes vantagens a qualquer empresa e pessoa, ainda que em ramos que, à partida, diríamos totalmente distintos.

Propomos a inclusão no plano curricular de uma disciplina para todos os alunos do décimo segundo ano sobre gestão e sistemas de informação, (dada até a observável diminuição da carga de trabalho nesse mesmo ano), por forma a que se possa desenvolver uma real visão tecnológica entre os cidadãos portugueses e que se dotem as sucessivas gerações de capacidades habilitantes à sua valorização pessoal e profissional, bem como a prestarem um contributo ainda mais positivo para o desenvolvimento do país.

